

Neoxtrativismo, espoliação e as mudanças no Norte Fluminense

Neextractivism, spoliation and the changes in the North Region of Rio de Janeiro State

Resumo: A Região Norte Fluminense tem, em seu histórico, extensa relação com atividades extrativas. No século XXI, as transformações no espaço da região estão atreladas a Grandes Investimentos orientados pela dinâmica de produção de *commodities*, expondo os conflitos e disputas pelo território. O objetivo do presente trabalho é investigar as transformações e a atual estrutura socioeconômica da região à luz da abordagem do neoxtrativismo. O trabalho visa resgatar a bibliografia pertinente ao neoxtrativismo, espoliação e neoliberalismo, também envolvendo os dados pertinentes à estrutura da região, bem como o histórico de intervenções realizadas na região em questão. A abordagem do neoxtrativismo possibilita a compreensão da importância das novas dinâmicas das atividades extrativas e sua relação com diversas escalas, desde a local, a regional, a nacional até a global. Dessa maneira, busca-se contribuir para o debate entre as formas de interpretação dos acontecimentos que envolvem grandes empreendimentos na região.

Palavras-chave: região; neoxtrativismo; Norte Fluminense.

Abstract: The North Region of Rio de Janeiro State has, in its history, an extensive relationship with extractive activities. In the 21st century, the transformations in the space of the region are linked to large investments guided by the dynamics of commodity production, exposing conflicts and disputes over territory. The objective of the present work is to investigate the transformations and the current socioeconomic structure of the region in the light of the neoextractivism approach. The work aims to rescue the bibliography pertinent to neoextractivism, spoliation, and neoliberalism, also involving the data pertinent to the structure of the region, as well as the history of interventions carried out in the region in question. The approach to neoextractivism allows for the understanding of the importance of the new dynamics of extractive activities and their relationship with various scales, from local, regional, national, to global. In this way, we seek to contribute to the debate between the ways of interpreting the events that involve large enterprises in the region.

Keywords: region; neoextractivism; North Region of Rio de Janeiro State.

Guilherme Vasconcelos Pereira

Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Mestre em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas pela UFF e bacharel em Ciências Econômicas pela UFF.

1. Introdução

A Região Norte Fluminense se destaca economicamente pelas atividades associadas à extração de recursos naturais. O envolvimento dessas atividades às estruturas urbanas, sociais, políticas e econômicas locais alimenta o debate em torno da dependência dos municípios que compõem a região do futuro dessas atividades, cada vez mais inseridas em uma dinâmica global extrapolando as fronteiras locais. Esse contexto não é exclusividade do Norte Fluminense, a especialização da região nessas atividades reflete uma tendência econômica extensível ao País e, para além disso, à América Latina.

Diversos autores, como Svampa (2019), Gudynas (2012), Arboleda (2018), Gago e Mezzandra (2017) e Ribeiro (2020), têm apresentado tal realidade em toda América Latina como neoextrativismo em uma tentativa de atualizar o conjunto de relações e dinâmicas que envolvem a extração de recursos naturais nos países onde a divisão internacional do trabalho os insere na dinâmica de trocas globais como produtores de *commodities*. Nesse sentido, o trabalho visa contribuir para o debate das atividades desenvolvidas no Norte Fluminense a partir do neoextrativismo.

Um dos aspectos relacionados ao neoextrativismo foram as transformações na dinâmica do capitalismo desde a década de 1970. Com base em Dorre (2015), é possível identificar que o modo de produção capitalista passa por significativas transformações, traçando novos contornos para o sistema. Nesse sentido, as mudanças causadas pelo chamado “capitalismo financeiro” afetaram as bases da sociedade, alterando, inclusive, a função do Estado, sobretudo sua relação com o mercado, propiciando a reorganização de suas estruturas (BRANDÃO, 2010).

Segundo o *mainstream* econômico, o Estado ideal é aquele que funciona como mero regulador da sociedade com funções reduzidas (DORRE, 2015). Por isso, para Brandão (2010), deve-se reconhecer que a mudança quanto à função do Estado consiste em frequentes estratégias, surgidas na década de 1970, de expropriação e transferência de ativos públicos em favor da iniciativa privada. Ademais, o autor identifica a retirada da propriedade social de bens comuns como parte dessa estratégia.

Assim, a atual dinâmica de reprodução do capitalismo torna essencial o resgate do debate sobre o ponto de origem do processo de acumulação. Dessa forma, a abordagem do neoextrativismo busca compreender tal dinâmica interligando as escalas de ação nas quais a acumulação se perpetua e incluindo os conflitos inerentes

ao processo que, ao longo da história, ganham distintos contornos (GONÇALVES; COSTA, 2020).

Tal debate é importante para compreender o processo de realização de Grandes Investimentos (GIs) no interior do estado do Rio de Janeiro. Destacando a Região Norte Fluminense, além do complexo de produção e exploração de petróleo e gás em Macaé, é possível observar a maneira como ocorreu a instalação do “Porto do Açú” no município de São João da Barra. Com isso, o objetivo do presente trabalho é apresentar a relação do atual debate sobre neoextrativismo com as atividades realizadas no Norte Fluminense, sobretudo após o processo de instalação do Porto do Açú em São João da Barra. Para realizar essa tarefa, apresenta-se, na Parte 1, o resgate teórico acerca do neoextrativismo relacionando-o ao neoliberalismo suas estratégias e a relação com a atual forma de espoliação. Já a segunda parte do presente trabalho possui breve resgate do histórico de implantação do Porto do Açú, apresentação de alguns dos conflitos inerentes ao processo de desapropriação e seus efeitos no território, incluindo a apresentação dos dados pertinentes aos efeitos extrativos na economia da região.

2. Neoextrativismo e a atualização da espoliação

O conceito de neoextrativismo, debatido na América Latina, apresenta continuidade e rupturas em relação ao extrativismo clássico. Continuidade, pois a história econômica da região é marcada pela exploração dos recursos naturais associados às oportunidades de crescimento econômico e ao papel do Estado para alcançar o desenvolvimento; rupturas, pois a atual dinâmica de reprodução e acumulação do capital promove uma série de pressões ao território e à exploração de recursos naturais, resultando em uma diversidade de conflitos econômicos, sociais e políticos.

Enquanto o velho extrativismo visava as “exportações” e o “mercado mundial”, os governos progressistas substituíram aquele discurso por outro que está voltado para a “globalização” e a “competitividade”. Ao aceitar a dinâmica global contemporânea, os governos de esquerda aceitam suas regras sobre comércio, fluxos de capitais, ampliação do conceito de mercadoria ou extensão dos direitos de propriedade. Tudo isto conduz à defesa da institucionalidade global, como a que prevalece na Organização Mundial do Comércio (OMC). (GUDYNAS, 2012, p. 307)

Svampa (2019) aponta que o neoextrativismo é um conceito multiescalar e pluridimensional, isso significa que é possível compreender as transformações ocorridas nos territórios a partir de diversos âmbitos que se entrelaçam a outros conceitos. Por isso, torna-se possível compreender a Região Norte Fluminense a partir do neoextrativismo. Chamam a atenção duas diferentes perspectivas que podem ser adotadas: a primeira a partir do neoextrativismo progressista, em que o Estado está presente no processo de acumulação, representado por suas empresas em uma atuação reprodutora da lógica do mercado, mas que visa converter parte dos recursos obtidos pela extração dos recursos naturais para a população; a segunda, os investimentos em infraestrutura destinada à exportação de commodities, alterando a dinâmica dos territórios e promovendo deslocamentos, por vezes forçados, da população local.

Um fato notável é que, apesar de todos estes debates e da crescente evidência de sua limitada contribuição para um genuíno desenvolvimento nacional, o extrativismo goza de boa saúde, inclusive nos chamados governos progressistas, ou da nova esquerda. De fato, muitos deles são ativos promovedores do extrativismo, tendo-o inclusive intensificado. Entretanto, suas estratégias extrativistas não são idênticas às do passado; logo, é preciso falar de um “neoextrativismo progressista”. (GUDYNAS, p.303, 2012).

A estratégia dos governos progressistas em toda América Latina foi compensar as desigualdades sociais e econômicas aproveitando os recursos oriundos da comercialização dos produtos primários, ou seja, o desenvolvimento da região foi pautado por GIs ligados ao neoextrativismo. Nesse sentido, tais investimentos pressionaram a dinâmica social em todos os lugares onde se instalaram, flexibilizando controles ambientais e aumentando os conflitos pela terra (SVAMPA, 2019).

As mudanças ocorridas na dinâmica que leva ao conceito do neoextrativismo surgem a partir da década de 1970, alterando significativamente a forma de interação na nossa sociedade, mas principalmente a forma de atuação do Estado. De acordo com Dorre (2015), o capitalismo tem uma capacidade de se reformular, algo como assumir aparências distintas ao longo do tempo. Nesse sentido, a estrutura de funcionamento permanece a mesma, porém assumindo aspectos distintos, como apresenta o autor a seguir.

Segundo esse entendimento, o capitalismo é capaz de trocar sua pele em certos momentos de seu próprio desenvolvimento. Isso significa que o

regime de acumulação e as relações de propriedade, os modos de regulação e os modelos de produção são revolucionados e transformados, mas apenas com o objetivo de manter o próprio capitalismo. (DORRE, 2015, p. 558)

Com isso, podem-se compreender os aspectos das mudanças de “estratégias” principalmente por parte do Estado, como apresentadas por Brandão (2010), Dorre (2015) e Dardot e Laval (2016). Falar em estratégias significa referir-se a meios para alcançar determinados objetivos, conjunto de práticas, discursos e utilização de poder, gerando novas condições políticas e mudanças nas “regras do jogo” de funcionamento da economia. São estratégias reconhecidas como “neoliberais” as quais, segundo Dardot e Laval (2016) e Brandão (2010), modificam as relações sociais para a realização dos próprios objetivos. Para Dardot e Laval (2016),

[...] essas novas formas políticas exigem uma mudança muito maior do que uma simples restauração do “puro” capitalismo de antigamente e do liberalismo tradicional. Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191).

Segundo Dardot e Laval (2016), há um entendimento de que as medidas significaram somente um “retorno do mercado” nas políticas conduzidas, tanto pela nova direita quanto pela esquerda. O receituário se baseava na expectativa de melhorar o ambiente para o funcionamento do mercado, envolvendo a redução dos impostos, dos gastos públicos, da proteção social, da inflação e controlar o crescimento monetário com moeda forte e estável. Entretanto, as medidas mais famosas, foram as sucessivas privatizações de empresas públicas e a desregulamentação da economia, sobretudo o que envolvia a legislação trabalhista, os autores resumem da seguinte forma: “No fundo, se o ‘compromisso social-democrata’ era sinônimo de intervencionismo do Estado, o ‘compromisso neoliberal’ era sinônimo de livre mercado” (Dardot; Laval, 2016, p. 192).

Essa nova forma de atuação com o “compromisso neoliberal” trazem a tona uma série de debates em torno da essência do capitalismo, para Brandão (2010), “Este momento crítico expõe a utilização de diversos mecanismos e processos, alguns inovadores, outros de uso permanente pelo sistema” (BRANDÃO, 2010, p. 5). Um desses mecanismos de inovação da dinâmica atual

está presente no neoextrativismo, de acordo com Gago e Mezzandra (2017), o envolvimento das finanças é um dos pontos-chaves para conectar a dinâmica de reprodução do capitalismo globalmente ao local, onde essas promovem um processo de desmontagem produtiva, a partir da orientação à produção de *commodities* nos locais.

Entre os mecanismos de uso permanente do sistema, destaca-se o identificado por Fontes (2010), no qual a atual fase de expansão do capitalismo promoveu a "reatualização do roubo" com a chamada acumulação primitiva. Nesse sentido, para que a acumulação não seja interrompida, emerge uma nova forma de despossessão através da espoliação de bens e direitos em situações já capitalistas. Segundo a autora,

a acumulação por despossessão indica o renascimento modificado, no mundo contemporâneo, de uma forma arcaica (acumulação primitiva), que volta a se expandir, incidindo, inclusive, nos países já plenamente capitalistas, e que implica a eliminação (espoliação) de direitos e o controle capitalista de formas de propriedade coletiva (como natureza, águas, conhecimento) e, com isso, potencializa sua acumulação. (FONTES, 2010, p. 63).

Para Harvey (2012), a onda de privatização que acometeu o mundo significou uma forma de expropriação. Muitas vezes, tais processos se apoiavam na legitimidade do Estado para superar a vontade popular, como privatização da água e de outros recursos naturais. As novas formas de regulação serviram principalmente para retroceder nas conquistas de lutas por direitos trabalhistas e de acesso à terra, por exemplo, configurando também uma forma de espoliação.

A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de "expropriação das terras comuns". Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal. (Harvey, 2012, p. 123).

Nesse processo, então, o Estado cumpre papel essencial como possuidor do monopólio da violência e responsável

por definir os limites da legalidade. Harvey (2012) argumenta que o desenvolvimento do capitalismo ao longo da história dependeu diretamente e continua a depender da atuação do Estado. Assim como enxerga Harvey, Dorre (2015) afirma que o Estado é indispensável para a geração do modo de produção capitalista. Isso se deve não só ao fato do próprio Estado garantir a formação do mercado, mas também que isso se realize sob condições desiguais de poder. Já, para Brandão (2010), o modo de produção capitalista sempre combinou formas de violência direta e indireta, levando a mercantilização até as últimas fronteiras possíveis.

No capitalismo contemporâneo, cabe ao Estado, em essência, gerar novos ativos como terras, fontes de matéria-prima e trabalho. Para Fontes (2010), a expropriação não deve ser considerada fenômeno singularmente econômico, mas sim social. O processo desencadeado pelo Estado através das expropriações impõe uma lógica de vida social que suprime os meios de existência em detrimento da mercantilização dos elementos preponderantes à vida, dentre elas a venda da própria força de trabalho. Por isso,

A expansão da expropriação dos recursos sociais de produção não diz respeito apenas à expropriação da terra, de forma absoluta, mas à supressão das condições dadas da existência dos trabalhadores, e sua conseqüente inserção, direta ou mediada pela tradição, nas relações mercantis (e no mercado de força de trabalho). As expropriações não se expandem sozinhas, de maneira mecânica, segundo leis abstratas do funcionamento geral do capital, ainda que sejam uma condição geral de sua expansão... Varia segundo a capacidade, possibilidade, interesse ou necessidade de extração de sobretrabalho sob a forma mais-valor das classes dominantes e, portanto, de sua própria subordinação, cada vez mais plena, a um mercado concorrencial e regido pela produtividade... Resulta, contudo, em seu conjunto, na produção de novas crescentes de populações disponíveis para – e necessitadas de – vender força de trabalho, para assegurar sua existência, crescentemente dependente de mercados. (Fontes, 2017, p. 89).

Assim, as expropriações são parte fundamental para o avanço do capitalismo, pois elas se apresentam como uma "saída" para a concentração de capitais. Tal processo representa, portanto, o aprofundamento social do capitalismo, ao mesmo tempo que apresenta uma importante contradição do capitalismo. Muito embora o processo de espoliação sirva para a expansão dessa forma de socialização, ao mesmo tempo, impõe significativas perdas sociais. Resumindo, nesse jogo as finanças se expandem para outras áreas de valorização,

extraíndo valor da sociedade e da sua cooperação (GAGO; MEZZANDRA, 2017).

Ainda levando em conta a discussão acerca da acumulação primitiva, Gonçalves (2020) apresenta o conceito de “acumulação entrelaçada”. Tal conceito, segundo o autor, “implica a interconexão e interpenetração não só de diferentes regiões do mundo, mas também de épocas históricas e distintas dimensões da expansão capitalista” (GONÇALVES, 2020, p. 32). Para o autor, o processo de expansão do capitalismo envolveu e envolve, ao longo do tempo, diversos dispositivos interligados, possuidores da capacidade de produzir constantemente novos espaços capitalistas toda vez que a acumulação se depara com uma barreira à sua expansão.

Considerando os aspectos do neoextrativismo e sua relação com as transformações na dinâmica do capitalismo, cabe a reflexão de como a Região Norte Fluminense se insere nesse novo processo, compreende-se que a região abrigou dois grandes investimentos, em momentos distintos, nos municípios de Macaé e São João da Barra. Visto que o conceito de neoextrativismo permite compreender o território em diversas escalas e dimensões, a presente investigação busca resgatar as transformações ocorridas na região a partir do neoextrativismo.

3. Petróleo, porto, desenvolvimento e as mudanças no Norte Fluminense

A região em questão está historicamente relacionada com o debate acerca dos efeitos das atividades que

extraem recursos naturais. Durante o século XX, ocorreu uma transformação significativa com a decadência da indústria da cana e a instalação do complexo de produção e exploração de petróleo e gás no município de Macaé. Mais recentemente, no século XXI, além das atividades realizadas em Macaé, um outro empreendimento foi instalado na região, o Porto do Açu, ambos ligados à extração de recursos naturais.

É nesse sentido que o neoextrativismo se conecta à Região Norte Fluminense. Tanto o complexo instalado em Macaé quanto o Porto do Açu estão ligados a atividades que extraem recursos naturais destinados à exportação, promovendo transformações no território em prol dos empreendimentos. Cabe ressaltar que esses projetos são reconhecidos pelo seu gigantismo em termos de mobilização de recursos financeiros e naturais, justificados pela expectativa de desenvolvimento da região.

Assim, o desenvolvimento econômico fica atrelado às atividades extrativas. A questão debatida por diversos autores no Norte Fluminense, como Cruz e Terra (2020), gira em torno dos enclaves gerados por essas atividades e, conseqüentemente, a dependência das receitas oriundas da extração dos recursos naturais. Nos Gráficos 1 e 2, apresentam-se a quantidade de recursos recebidos e a proporção de royalties e participações especiais recebidos pelos municípios da região entre 2011 e 2021. No Gráfico 1, é possível identificar a queda do volume de recursos recebidos após 2012 até 2017; observa-se a significativa queda entre 2014 e 2016, período politicamente conturbado no Brasil e, sobretudo, na Petrobras; entre 2017 e 2021, os valores recebidos oscilam entre crescimento e queda,

VAGAS LIMITADAS

DOUTORADO

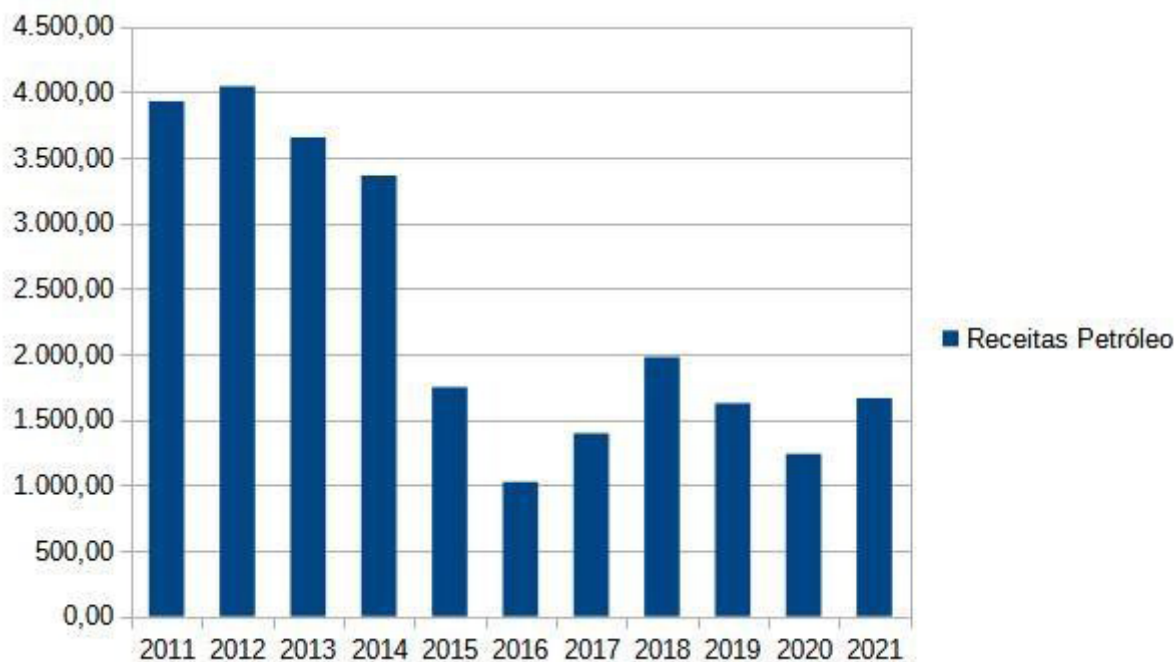
**COM LINHA DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES**

porém é preciso considerar os efeitos da pandemia de covid-19, que acometeu o mundo principalmente em 2020. Nesse sentido, 2020 e 2021 podem refletir a

desaceleração das atividades e a retomada em virtude da pandemia.

Gráfico 1 – Soma das receitas do petróleo recebidas pelos municípios do Norte Fluminense, por ano, entre 2011 e 2021, em milhões de reais (valores corrigidos pelo IGP-DI).



Fonte: Info Royalties, 2022.

A mudança nas receitas oriundas da exploração do petróleo expõe os limites da extração desse recurso natural. Muito embora seja possível observar as quedas nas receitas quando a análise se debruça na divisão delas, é possível identificar esses limites com mais clareza. No Gráfico 2, está disposta a proporção das participações especiais e dos royalties, considerando que as participações especiais são compensações que variam de acordo com o nível de produção dos poços localizados em área marítima confrontante com o município, já os royalties

são compensações pela exploração do recurso natural. Nesse sentido, há significativa redução das participações especiais nas receitas do petróleo desde o início da série observada, passando de aproximadamente 40% do valor das receitas para aproximados 13% em 2021. Ressalta-se a proporção de participações especiais em 2020, compondo somente 1,3% das receitas, podendo significar a queda na produção como consequência da pandemia de covid-19.

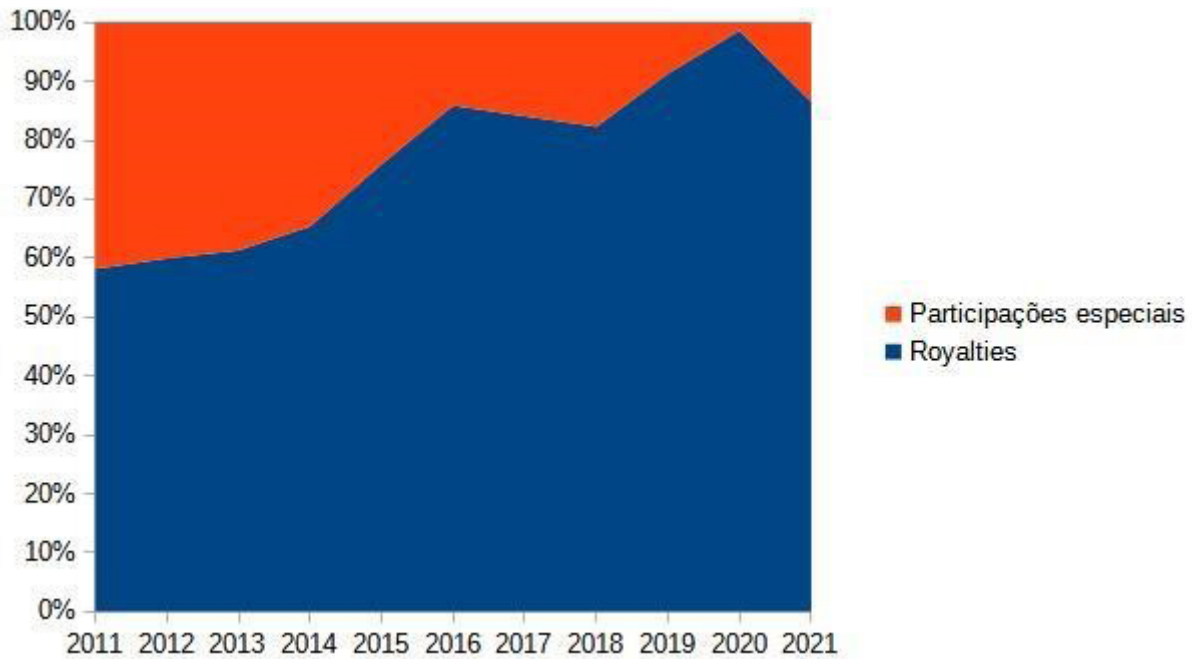
MESTRADO

PESQUISA OPERACIONAL E
INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL
LINHA DE PESQUISA EM SAÚDE



UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

Gráfico - 2 Proporção dos royalties e participações especiais nas receitas, em (%), entre 2011 e 2021



Fonte: Info Royalties, 2022.

As transformações nas receitas recebidas da exploração e produção de petróleo em Macaé já eram esperadas, por se tratar de um recurso natural finito. Foi nesse contexto que surgiu o Porto do Açú como projeto entre 2005 e 2006. Apesar de, em 2003, já ter sido apresentado pelo próprio ex-governador Anthony Garotinho ao empresário Eike Batista, ele teve sua construção iniciada em 2007. A princípio, o empreendimento nasceu com o objetivo de exportar minério de ferro oriundo do estado de Minas Gerais através do mineroduto conhecido como projeto “Minas–Rio”. O investimento inicial previsto era de R\$ 3 bilhões, contando com recursos públicos da Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro (CODIN) e, posteriormente, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que financiou aproximadamente R\$ 520 milhões (PEREIRA, 2018; PESSANHA, 2017).

O sistema “Minas–Rio” faz a ligação entre o município de Conceição de Mato Dentro (MG) e São João da Barra (RJ), atravessando 32 municípios, com 525 km de extensão (COSTA, 2018). Assim, o mineroduto em ligação com o porto visava atender à demanda da época para o escoamento da produção de minério para o mercado mundial. Porém, o aumento no interesse sobre o minério produziu a valorização do projeto inicial, que logo foi vendido, em 2007, para o grupo Anglo-American em um negócio estimado em R\$ 6 bilhões. Essa venda possibilitou a expansão do projeto inicial (PEREIRA, 2018; PESSANHA, 2017).

O que antes era um porto para escoamento de minério

logo se transformou em um projeto que culminou na criação do Distrito Industrial de São João da Barra. Assim, ocorreu o processo de desapropriações das áreas do 5º Distrito do município de São João da Barra. Em levantamento realizado por Assad (2019), entre 2003 e 2016, houve 29 atos legais envolvendo decretos e leis, que dispunham sobre as terras ligadas ao projeto.

De acordo com o Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial e Portuário do Açú (ABG, 2011), o processo de implantação desde o mineroduto “Minas–Rio” até o complexo industrial foi marcado por diversas irregularidades tanto no exame dos possíveis impactos em decorrência da implantação dos empreendimentos quanto pelos processos de licenciamento, ocorrendo de forma não convencional e excludente, uma vez que a própria população local não teve condições de interferir no processo (PEREIRA, 2018).

Uma das etapas mais marcantes no andamento da instalação do projeto foi a aplicação do Decreto n.o 41.584, que culminou na criação do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB). Estima-se que 1.500 famílias foram diretamente atingidas com a perda da posse de suas terras. Ademais, a criação do DISJB colocou em risco extensa área de restinga (COSTA, 2018; PEREIRA, 2018).

Nesse aspecto, é possível destacar o Decreto n.o 41.915, realizado pelo governo do estado do Rio de Janeiro, uma segunda desapropriação também em São João da Barra e a mobilização dos moradores das terras

desapropriadas, questionando o fim do seu sustento oriundo daquelas terras. Estima-se que os decretos de desapropriação atingiram uma área de aproximadamente 7.500 hectares (PEREIRA, 2018; PESSANHA, 2017). De acordo com Costa (2018),

As expropriações de terras constituem, sem dúvida, uma das mais violentas medidas realizadas pelo Estado na vida de milhares de famílias no âmbito do Projeto Minas-Rio, implicando em deslocamentos compulsórios, fragmentação da vida comunitária e das relações afetivas com o ambiente nos quais as famílias trabalhavam e reproduziam suas vidas. (COSTA, 2018, p. 138)

Para Costa (2018), a execução do projeto em São João da Barra se fundamentou em três pilares: a) autoritarismo; b) expulsão imposta pelo Estado; e c) deslocamentos forçados dos camponeses com uso de violência. Deve-se destacar que tais desapropriações são realizadas com recursos públicos enquanto a gestão do condomínio industrial e a operação do Porto são geridas por recursos privados.

Além das desapropriações em São João da Barra, foram promovidas outras mudanças na região em prol das atividades extrativas. Como apontam Cruz e Terra (2020), a lista de intervenções urbanas na Região Norte Fluminense é extensa; além delas outras dinâmicas são alteradas em virtude da reconfiguração da região em torno das atividades extrativas, mudando a dinâmica populacional. Segundo Cruz e Terra (2020), algumas das questões da região são:

O primeiro é o das centenas de pescadores artesanais do litoral do Norte Fluminense. Inicialmente prejudicados pela implantação das plataformas marítimas e redes de tubos submarinos de e&p de petróleo e gás, e, desde 2007, pela construção e operação, a partir de 2014, do Porto do Açú. Como a bacia tem mais de 100 mil km², 53 plataformas e mais de 500 poços (O Petróleo, 2018) [...] O segundo caso é o das centenas de pequenos produtores de alimentos no 5º Distrito de São João da Barra, onde se localiza o Porto do Açú. A área, correspondente a ¼ do município, foi violentamente “desapropriada”, em 2007, por um órgão do estado, e repassada à empresa proprietária do Porto para a implantação de um Distrito Industrial (DI) [...] O terceiro caso é o da Favela da Linha, a maior e mais antiga favela de Campos, cujos moradores foram removidos “à força” para uma área fora da cidade, sem infraestrutura e mobilidade, após longa resistência e luta, para dar lugar à incorporação da área para construção de condomínios residenciais e conjuntos comerciais e de serviços para classes de alta renda, na medida em que a cidade se consolida

como sede das empresas que servem ao Porto e ao Complexo de e&p e das grandes estruturas de comércio e serviços [...] O quarto e último exemplo é o da penetração do grande capital em serviços não mercantilizados. Trata-se do serviço de coleta de lixo. Centenas de catadores de lixo foram destituídos do trabalho, com o fechamento do depósito de lixo a céu aberto em Campos, em 2012. Desde então, travam uma luta para assumir a Coleta Seletiva do município, através de quatro cooperativas de trabalho formadas por eles, em ausência de políticas públicas voltadas para a preservação e fortalecimento de atividades econômicas tradicionais, como nos casos aqui analisados, bem como para a sustentação da economia regional na diversidade de atividades para diminuir a dependência aos dois Grandes Projetos aqui abordados, que possuem diversas características de enclaves, reflete-se na relativa vulnerabilidade do mercado de trabalho, como se pode observar nos dados.

Nesse aspecto, as transformações causadas pela implantação do complexo de produção e exploração de petróleo e gás e do porto em São João da Barra possuem outra dimensão. Segundo Maia (2016), mesmo com todos os efeitos negativos, tanto a mídia local quanto o poder público apresentam o empreendimento como possibilidade de “desenvolvimento” da região, a expectativa de realização do crescimento econômico e a superação da condição econômica do município. Dessa maneira, o porto e todo o complexo industrial instalado em Macaé seriam os “motores da modernização” dos municípios, gerando oportunidade de emprego e renda para a população em toda a região (COSTA, 2018; PEREIRA, 2018). Essas expectativas acabam servindo como justificativas para as transformações ocorridas nas áreas urbanas dos municípios localizados no Norte Fluminense.

4. Conclusão

As atividades realizadas na Região Norte Fluminense inserem-na em uma dinâmica que extrapola as fronteiras dos municípios que a compõe. A instalação do complexo de produção e extração de petróleo, em Macaé, e a operação do Porto do Açú, em São João da Barra, configuram-se um movimento típico da dinâmica contemporânea de acumulação do capitalismo, desde as estratégias para a realização do empreendimento envolvendo espoliação da terra dos moradores locais a partir do próprio Estado até suas contradições, em que, de um lado, se vê a expansão do capitalismo com um novo empreendimento e, do outro, a geração de perdas sociais.

Nesse sentido, evidencia-se a função do Estado no capitalismo atuando como um agente do mercado.

Desde o início, o empreendimento privado do Porto do Açú contou não só com o apoio financeiro de fundos públicos como CODIN e BNDES, mas também com o ambiente regulador que facilitou sua instalação, podendo relacionar a atuação dos órgãos estatais ao neoxtrativismo progressista.

Tal processo em questão mostra como o processo de acumulação por espoliação representa uma característica fundamental para o modo de produção capitalista ao longo da história. Destaca-se que o movimento de espoliação envolve além de despossessão, a possibilidade da transformação de produtores em trabalhadores assalariados. Os conflitos inerentes à realização das atividades de extração na Região Norte Fluminense são portanto representativos dessa complexidade por trás do neoxtrativismo. Os impactos relacionados à dinâmica de produção e de reprodução do capital desse setor influenciam significativamente a estrutura social da região. Cabe ainda salientar que muitas transformações ainda estão em curso.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). **Relatório dos impactos socioambientais do complexo industrial-portuário do Açu**. Rio de Janeiro: AGB,2011.
- ARBOLEDA, Martín. *Extracción en movimiento: circulación del capital, poder estatal y urbanización logística en el norte minero de Chile*. *Investigaciones Geográficas*, 56, 3-26. <https://doi.org/10.5354/0719-5370.2018.48475>, 2018.
- ASSAD, Luna Barreto. **A produção do espaço e o zoneamento urbano São João da Barra (RJ) e o Porto do Açu**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas)- Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.
- BRANDÃO, C. A. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, et al., **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 39-69, 2010.
- COSTA, Ana Maria Almeida. **O processo de expropriação das terras do Açu e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo projeto Minas-Rio**. 2018. Tese Doutorado em Serviço Social – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- CRUZ, J. L. V; TERRA, D. Petróleo e porto no norte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **EURE**, vol. 46, n. 139, 2020.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DORRE, K., **A nova Landnahme. Dinâmicas e limites do capitalismo financeiro** Die neue Landnahme. Dynamiken und Grenzen des Finanzmarktkapitalismus. Rio de Janeiro, Vol. 06, N.12, p.536-603, 2015.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GAGO, V; MEZZANDRA S. A Critique of the Extractive Operations of Capital: Toward an Expanded Concept of Extractivism, **Rethinking Marxism**, 29:4,, DOI: 10.1080/08935696.2017.1417087, p.574-591. 2017.
- GONÇALVES, G. L.; COSTA, S. **Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. Rio de Janeiro: Garamond, **IRD**,p. 303-318, 2012.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2012.
- MAIA, Dayanne Vieira. **Porto do Açu: uma análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades), Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.
- PESSANHA, R.M. **A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades**. 543 f. Tese (Doutorado) no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- PEREIRA, Guilherme Vasconcelos. **O Porto do Açu e o município de São João da Barra-RJ: impactos na dinâmica socioeconômica- 2007 a 2017**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Ambiente e Políticas Públicas), Campos dos Goytacazes, 2018.
- RIBEIRO, L. C. de Q. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado** / IN: L. César de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020.
- SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.